



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Trata-se de procedimento instaurado com vistas a Contratação Direta, por Inexigibilidade de Licitação, de instituição especializada de renome, CPC CURSOS E TREINAMENTOS LTDA, com destacado conhecimento técnico e pedagógico em conhecimento jurídico, para ministrar o minicurso de formação continuada: Precedentes e Processo Coletivo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

O valor da contratação é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A disponibilidade orçamentária encontrase atestada no Pedido de Despesa nº, 2024/1171 (fls.104), cuja validação se encontra às fls.108. Além disso, a funcional programática para atendê-la encontra-se indicada no TR.

A Assessoria Jurídica desta Secretaria de Administração, por meio do Parecer Jurídico nº. 198/2024 - ASSJUR/SEAD, opinou pela viabilidade jurídica de prosseguimento da contratação.

Portanto, **ACOLHO** integralmente a citada manifestação jurídica, ao passo que a adoto como razão de decidir e, assim, conforme previsão autorizativa do parágrafo único do art. 2º da Portaria nº. 011 /2023 – SA, AUTORIZO a contratação pretendida, consoante competência delegada pelo artigo 4º, I, da Portaria nº. 823/2023 – GP, de 24 de fevereiro de 2023.

À Coordenadoria de Convênios e Contratos, para as providências subsequentes.

Belém, 06 de maio de 2024.

VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO





Classif. ocumenta/ to na Lei 11.419/2006 e